

## Curso de Formação de Juristas Populares 2012/2013 é iniciado; veja perfil da turma

Na manhã do sábado, 29 de setembro, foi realizado o Encontro Introdutório da turma de 2012/2013 do Curso de Formação de Juristas Populares. O encontro é o momento onde os (as) cursistas conhecem a dinâmica do Curso e começam a vislumbrar todas as possibilidades que ele encerra.

A programação contou com a apresentação da equipe da Fundação, indicando toda a estrutura de funcionamento da entidade. Em seguida, dois representantes da turma passada falaram sobre suas experiências com o Curso e os benefícios de terem se tornado Juristas Populares. Após, cada participante se apresentou, indicando ainda os principais pontos que esperam ser abordados no Curso.

A equipe valoriza esse momento porque é quando pode traçar os maiores interesses da turma, podendo moldar o conteúdo de acordo com esses itens, de maneira a manter a atenção de todos (as) durante os 10 meses de

convivência na sala de aula.

Após a apresentação dos (as) cursistas, foi exibido um vídeo institucional que fala das experiências do Curso de Formação de Juristas Populares e expõe depoimentos de ex-cursistas e integrantes da Rede de Juristas Populares, grupo que dá continuidade ao trabalho desenvolvido no Curso através da organização de atividades públicas para a conscientização da necessidade de conhecer seus direitos.

A turma é composta por 26 mulheres e 9 homens, oriundos (as), principalmente, de

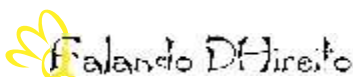
João Pessoa (30), tendo representantes das cidades de Sapé (2), Mari (2) e Campina Grande (1). Também é grande a quantidade de cursistas com o Ensino Médio completo e Superior Incompleto, somando 16 pessoas cada. Dois (duas) não terminaram o Ensino Fundamental e um, o Ensino Médio. A equipe da Fundação avaliou o grupo de forma bastante positiva, tendo observado em comum o desejo de mudança e a vontade de trabalhar pela democratização do acesso à Justiça.



## Editorial

A prisão arbitrária a que os integrantes do Conselho Estadual de Direitos Humanos foram submetidos no final de agosto, chocou todos os que trabalham na defesa desses mesmos direitos. A fiscalização do sistema carcerário paraibano é garantida por lei e, exatamente por isso, procurada por detentos (as) e seus familiares na hora de denunciar maus tratos. E este é um cenário recorrente. Basta o telefone tocar e a pergunta surgir do outro lado da linha: "Alô? É dos Direitos Humanos?" e a equipe da Fundação já sabe que aí vem denúncia. Como é possível verificar as condições em que se encontram os (as) detentos (as) se o próprio sistema carcerário quer se fechar e, por vezes, funcionar como se fosse independente da Lei? É necessário deixar olhos e ouvidos abertos para o que vem acontecendo nesses locais; a perda da liberdade já é uma pena a ser duramente cumprida.

### EXPEDIENTE



Esta é uma publicação da  
Fundação de Defesa dos Direitos  
Humanos Margarida Maria Alves.  
Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro  
CEP: 58011-110, João Pessoa, PB.  
Telefone/fax: 3221-3014  
www.fundacaomargaridaalves.org.br  
fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br  
Jornalista responsável:  
Andréia Martins (DRT 2998/PB)  
Fotos: arquivo da entidade  
Tiragem: 1000 exemplares  
Apoio: Misereor  
Impressão: Gráfica JB

## O que o novo Código Florestal guarda para o Brasil

por Jonathas Santana, estudante do 4º período de Jornalismo da Universidade Tiradentes (Aracaju) e estagiário da Assessoria de Imprensa da Primeira Igreja Batista de Aracaju

"A grande ameaça à biodiversidade brasileira hoje não vem mais das temidas serras-elétricas, poluição dos rios ou seca, mas dos corredores do Congresso Brasileiro. E o grande culpado disso tem nome e sobrenome: Novo Código Florestal. Que, por alguma razão do além, foi enfim aprovado, e, conseqüentemente, o extermínio da biodiversidade nacional deve ter um aumento significativo.

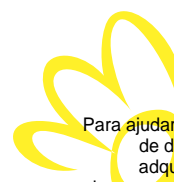
O país que é conhecido por dar jeitinho em tudo, infelizmente, recebeu um "jeitão" de seus representantes. E por consequência disso, a natureza chorará amargamente. Chega-se ao fim de um longo processo de discussão e votação dita democrática, que se estendeu por mais de uma década e que, indubitavelmente faz da nossa lei florestal a mais discutida de nossos estatutos legais.

A impensada atitude, creditada aos parlamentares da base aliada do Governo e da bancada ruralista é uma grande preocupação para a sociedade brasileira. O processo de votação do Ministério Público, tanto na Câmara quanto no Senado, pra variar, incidiu de maneira postergada, sem ao menos ponderar os alertas feitos por cientistas, estudiosos, ONGs, movimentos sociais, igrejas e ambientalistas. E agora, nós brasileiros, alienados por um devaneio político, temos um

“ O país que é conhecido por dar jeitinho em tudo, infelizmente, recebeu um “jeitão” de seus representantes. E por consequência disso, a natureza chorará amargamente.”

Código Florestal que suscita insegurança jurídica, menos proteção às nossas florestas e vegetações e, por consequente, insustentabilidade para as atividades do campo.

Dessa forma, os representantes do País do futuro, ridicularizam seus cidadãos e expõem de forma clara a incapacidade racional de cada um dos componentes da cúpula nacional. E o nosso verde vestirá um tom mais escuro. A partir de então, nossas matas decretaram luto. Diante disso tudo fica uma dúvida: Será que as árvores ficarão bem de preto?"



Quer contribuir com a continuidade dos nossos projetos?  
Para ajudar a manter nossos programas de defesa dos Direitos Humanos, adquira um dos nossos produtos, seja nosso voluntário ou faça doações na Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco.

# Fundação forma 23 novos (as) Juristas Populares



A conquista do conhecimento adquirido no Curso de Formação de Juristas Populares é comemorada anualmente pela Fundação Margarida Maria Alves. Os (as) formandos (as) da décima segunda edição do projeto se reuniram, na noite do sábado, primeiro de setembro, na quadra da Caixa Beneficente da Polícia Militar da Paraíba. O momento marca a entrega dos certificados de participação e reúne parceiros da Fundação empenhados em contribuir com o trabalho da entidade.

A Turma homenageou a colaboradora do Curso, Domicia Pessoa, que vem contribuindo em diversos projetos da Fundação desde 2009. Como voluntária, Domicia tem participado de boa parte da formação dos (as) novos (as) Juristas Populares e a homenagem da turma representa o reconhecimento pelo seu trabalho. A coordenadora do

Curso, Anna Izabella Chaves Alves, aproveitou a ocasião para parabenizar os (as) cursistas pela conclusão desta etapa, que foi celebrada ao som da banda de Débora Vieira, que também estava se tornando uma Jurista Popular na ocasião. A próxima etapa na vida dos (as) novos (as) Juristas Populares é conhecida: continuar a auxiliar suas comunidades, agora

## Integrantes da 12ª turma de Juristas Populares festejam a conclusão do Curso

empoderados (as) pelo conhecimento jurídico recebido no Curso. Também é possível participar da Rede de Juristas Populares para atuar de maneira mais abrangente em defesa dos Direitos Humanos e do Meio Ambiente.



# Veja a Demonstração do Resultado do Exercício 2011

<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		
<b>RECEITA BRUTA OPERACIONAL</b>		
Anuidades, Contribuições e Mensalidades	1.709,00	
Outras Receitas das Atividades	20.692,50	
Receitas Extraordinárias	60,00	<b>22.461,50</b>
<b>DEDUÇÕES DAS RECEITAS</b>		
Impostos Incidentes		
Issqn	275,00	<b>275,00</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL</b>		
Receita Líquida de Anuidades, Contribuições e Mensalidades	1.709,00	
Receita Líquida das Outras Receitas das Atividades	20.417,50	
Receita Líquida das Receitas Extraordinárias	60,00	<b>22.186,50</b>
<b>SUPERÁVIT BRUTO OPERACIONAL</b>		
Superávit Bruto de Anuidades, Contrib e Mensalidades	1.709,00	
Superávit Bruto de Outras Receitas das Atividades	20.417,50	
Superávit Bruto das Receitas Extraordinárias	60,00	<b>22.186,50</b>
<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>		
Despesas Administrativas	(26.879,00)	
Despesas Financeiras	(675,53)	
Receitas Financeiras	2.524,75	
Despesas Tributárias	(1.576,04)	<b>(26.605,82)</b>
<b>Outras Receitas Operacionais</b>	<b>417,22</b>	<b>417,22</b>
<b>DÉFICIT DO EXERCÍCIO</b>		<b>(4.002,10)</b>

João Pessoa, 31 de dezembro de 2011.

# Rede entrega petição para Ministério Público de Bayeux



**A juíza Maria Edlícia recebe petição e abaixo-assinado das mãos dos (as) representantes da Rede de Juristas e da Fundação.**

Após averiguar diversas irregularidades ambientais em pontos importantes da cidade de Bayeux, como a Reserva da Mata do Xemxem e em ruas dos principais bairros, além dos constantes problemas com os transportes públicos da região, a Rede de Juristas Populares preparou uma petição pública que foi entregue à Juíza Maria Edlícia Chaves Leite.

Eliton Costa da Silva, representante dos Escoteiros Águias da Terra, José Carlos Odilon de Lima, da Associação dos Missionários do Campo e Samara Monteiro dos Santos, estagiária de Direito da Fundação, acompanharam o coordenador da Rede de

Juristas Populares José Marcos Salgueiro na entrega.

Eliton fez questão de presenciar este momento por ter participado ativamente, junto com os Escoteiros, de todo o processo de construção do dossiê e por acompanhar o trabalho da Rede desde 2010. Como chefe de sessão dos Escoteiros Águia da Terra, ele acredita que é importante visualizar a cidadania através de ações como esta, que contribuem para o crescimento intelectual e a noção de direito e dever do cidadão. "Assim, é possível buscar soluções, resolver problemas e formar bons cidadãos", afirmou.

A petição pedia o cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) por parte da Prefeitura de Bayeux, e listava algumas irregularidades encontradas no entorno da Mata,

como despejo de lixo, desmatamento, falta de manutenção e segurança.

Além disso, a situação atual de abandono e depredação pode trazer consequências nocivas à saúde da população de seu entorno, espaço propício à proliferação de animais transmissores de doenças.

Já o Abaixo Assinado pedia a regularização da

frota de ônibus das linhas Mário Andrezza - Comercial Norte - João Pessoa. Foram encontrados ônibus com sujeira aparente e presença de insetos, vidros quebrados, bancos soltos, teto com vazamento, veículos quebrando constantemente e falta de programação.

A juíza Maria Edlícia recebeu os documentos e afirmou que seriam analisados e colocados junto com outros semelhantes, processos de 2010 e 2011, com a intenção de julgar os casos com todas as evidências em conjunto e resolver os problemas de maneira mais eficaz. No entanto, por ter acabado de assumir o posto do juizado do Meio Ambiente, afirmou que a prioridade seria para os casos relacionados à saúde.

# Conheça a nova estagiária de Direito da Fundação

Samara Monteiro, de 20 anos, estudante da Universidade Federal da Paraíba, foi a selecionada para ocupar nosso cargo de Estagiária de Direito após processo bastante concorrido, que envolveu mais de 100 estudantes de três universidades paraibanas. Ela conta que ficou sabendo da seleção por meio da divulgação feita através da página da Fundação no Facebook: “me interessei em participar pela vontade de trabalhar com educação jurídica popular junto aos movimentos sociais”, afirma.

No entanto, esta não é a sua primeira experiência como estagiária, já tendo trabalhado com a Dignitatis - Assessoria Técnica Popular, entidade parceira da Fundação. Sobre a

identificação com o trabalho desenvolvido pela Fundação, Samara ressalta que o interesse vem da “crença no empoderamento das pessoas através de um modelo de educação participativa, no qual ambas as partes ensinam e aprendem, de modo que as pessoas possam ser protagonistas no processo de acesso à justiça”, conclui.

A estudante vê a Educação Jurídica Popular como “um dos principais meios para se garantir o acesso à justiça, visto que o desconhecimento de determinadas questões jurídico-políticas constituem um grande impasse, embora não o único, ao acesso não só aos tribunais mas à participação em geral da comunidade na tomada de decisões”. Ela também ressalta a crença na defesa dos direitos humanos “para além dos que estão objetivamente elencados na

Constituição, mas como a defesa de ideais que garantam uma vivência plena no tocante à cidadania, portanto uma luta coletiva pela igualdade de direitos e respeito às diferenças”.

Ainda assim, a estudante não tem certeza sobre qual carreira seguir no Direito. “Penso em trabalhar na área da advocacia popular ou na defensoria pública, em conjunto com a carreira acadêmica”.

Sobre o primeiro mês de trabalho na Fundação, ela afirma: “pude conhecer melhor o trabalho da entidade em suas várias áreas de atuação, avalio de maneira bastante positiva o contato que tive tanto dentro da própria instituição quanto com os grupos com os quais esta se articula, pela convergência política na atuação no âmbito dos direitos humanos”, conclui.

## Acontece

### Novembro

10- Oficina de Gênero e Violência Doméstica;  
10- Encontro Introdutório do Curso de Formação de Juristas Populares de Guarabira;  
11 - Oficina de Atualização e Capacitação da Rede de Juristas Populares;




### Dezembro

01 - Módulo de Direito Constitucional I;  
15 - Módulo de Direito Constitucional II;  
10 - Declaração Universal dos Direitos Humanos

### Janeiro

Férias coletivas da equipe da Fundação

Acompanhe a Fundação nas Redes Sociais!

-  @FundacaoMMAlves
-  Fundação Margarida Maria Alves
-  Fundação Margarida Maria Alves



**A nova estagiária ocupa seu espaço na Fundação**